



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

A nova configuração das relações internacionais contemporâneas:

Índia, Estados Unidos e o papel das potências emergentes

Hermes Moreira Jr.

Tainá Dias Vicente

Como citar: MOREIRA JR, H.; VICENTE, T. D. A nova configuração das relações internacionais contemporâneas: Índia, Estados Unidos e o papel das potências emergentes. IN: CAMARGO, J. M. CORSI, F. L. VIEIRA, R. L (org). **Crise do Capitalismo: questões internacionais e nacionais.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.p43-62. DOI: <https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-188-1.p43-62>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A NOVA CONFIGURAÇÃO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS: ÍNDIA, ESTADOS UNIDOS E O PAPEL DAS POTÊNCIAS EMERGENTES

Hermes Moreira Jr.¹

Tainá Dias Vicente²

O cenário contemporâneo das relações internacionais é caracterizado pela desatualização das instituições criadas pelos Estados Unidos para sustentar sua hegemonia no pós Segunda Guerra Mundial. A crise relativa do poder norte-americano somada à ascensão de novos pólos de poder fora do tradicional eixo América do Norte-Europa Ocidental indica a transformação das relações de poder no sistema internacional atual. O objetivo desse texto é apresentar esse quadro de declínio relativo do poder e influência das instituições norte-americanas e demonstrar o novo equilíbrio global estabelecido com a ascensão de novas potências emergentes como Brasil, Rússia, China e Índia. Esta última receberá atenção especial pela forma como tem atuado nesse novo cenário que se constrói, pois sua pendular relação com os emergentes e com a principal potência marca o pragmatismo da tentativa de inserção global deste país na ordem internacional.

Procuraremos demonstrar como a inserção indiana se consolida pelas duas vias, a das coalizões de geometria variável em parceria com as demais potências emergentes, e a aproximação com os Estados Unidos em assuntos estratégicos, como por exemplo, nas discussões de temas sensíveis como o combate ao terrorismo e a

¹ Professor de Relações Internacionais da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (INCT-INEU).

² Mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP) e bolsista da CAPES. Pesquisadora do Observatório Político dos Estados Unidos (OPEU).

cooperação nuclear. Partindo do pressuposto que a Índia possui hoje características e potencialidades para se tornar uma das grandes forças da política em nível mundial, acreditamos que a compreensão de seu papel na política internacional é elemento fundamental para a percepção dos rumos que as relações internacionais devem tomar a partir das primeiras décadas do século XXI, sobretudo em questões estratégicas para a avaliação da geopolítica global.

Utilizaremos-nos de um breve panorama das relações exteriores da Índia a partir décadas subseqüentes à sua Independência, para, posteriormente, compreender como se consolidam as bases de sua inserção na política internacional. Em seguida, apresentaremos a constituição dos novos arranjos de poder no pós-Guerra Fria e o espaço que passou a ser ocupado pela Índia, enfatizando a alteração do posicionamento dos Estados Unidos em relação à cooperação bilateral com o governo indiano. Em vias de fechar o raciocínio e indicar apontamentos sobre o novo papel da Índia na ordem internacional, abordaremos as limitações do domínio hegemônico norte-americano, sobretudo o desgaste impulsionado pela guerra contra o terrorismo e a possibilidade de um novo arranjo entre as potências emergentes e a superpotência para traçar uma ordem que reflita o equilíbrio de poder contemporâneo.

AS RELAÇÕES EXTERIORES DA ÍNDIA: UMA SÍNTESE DO HISTÓRICO

Independente da Grã-Bretanha no ano de 1947, a Índia garantiu sua soberania territorial e política quase que simultaneamente ao início da Guerra Fria, traçando sua estratégia de política externa de acordo com as vicissitudes do conflito. Já nas primeiras décadas de atuação soberana alcançou o posto de importante portavoz dos países que constituíam o movimento de não-alinhamento. Desde então procurou discursar em prol da neutralidade e autonomia dos países do “Terceiro Mundo” principalmente ao liderar a Conferência de Bandung (1955) quando se estabeleceu como referência do Movimento dos Não-Alinhados (ZORGIBE, 1996). Contudo, à medida que o conflito entre EUA e URSS se desenvolveu e ganhou maior complexidade, e as aspirações do país se tornavam mais amplas, a posição e as opções da Índia no cenário internacional passaram a ser revistas.

Caso emblemático de que os resquícios da Guerra Fria chegavam ao continente asiático e “esquentavam” a região se dá na disputa pela Caxemira. Por se tratar de região fronteira entre Índia e Paquistão, em litígio desde a independência destes dois países (1947), a Caxemira caíra como uma luva nas intenções de EUA e URSS de constituir alianças e ampliar a possibilidade de estender sua influência

sobre a região. Desse modo, um importante desenho é esboçado: ao passo que os Estados Unidos e o Paquistão tornaram-se “parceiros íntimos” a Índia arquitetou uma aliança especial com a URSS, opção que lhe foi vantajosa econômica e estrategicamente durante muitos anos, e que a coloca em rota de colisão com os norte-americanos. Entretanto, tais alianças, em meio àquele complexo jogo em que se transformou a Guerra Fria não pouparam de desgastes políticos e fricção as relações entre Índia e China.

As interações diplomáticas entre a Índia e a China iniciam-se logo após a independência chinesa, no ano de 1949. Suas relações trilhavam caminhos pacíficos, porém a disputa regional não demoraria a emergir, e se intensificaria a partir de 1959, com a concessão de asilo político por parte do governo indiano ao líder político e espiritual da região separatista do Tibet, Dalai Lama. Tal episódio agravou os problemas de contigüidade existentes entre os dois países, culminando no conflito sino-indiano, em 1962. Concomitante a isso, a China se envolveu em conflitos diretos com a URSS (ex-aliada), aproximando-se dos EUA, em um jogo estrategicamente forjado pela complexa diplomacia triangular arquitetada pela dupla Kissinger-Nixon para fragilizar as possibilidades de concorrência hegemônica no continente asiático.

Complementarmente, a tensão gerada pelo desenvolvimento dos projetos nucleares indiano, paquistanês e chinês, veio a agravar a já delicada situação e tornar mais aguda a instabilidade regional asiática durante os anos da Guerra Fria. Nesse contexto aprofundam-se as divergências entre Estados Unidos e Índia a partir da recusa desta à adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear (1968). Mais crítica ainda se encontra a situação no momento em que a Índia executa, em 1974, o seu primeiro teste nuclear, o que estabeleceu uma situação de isolamento entre ela e os países “legitimamente” possuidores de armas nucleares. A questão nuclear se torna, durante muitos anos, a “pedra de toque” das relações entre Índia e Estados Unidos (KAPUR, 2010).

Findada a Guerra Fria e desarticulado o poder soviético, houve um natural desgaste dessas alianças. As disputas regionais, sobretudo pela hegemonia no vácuo de poder que se dera com a queda do império vermelho, se acirraram. Não obstante, sob novas circunstâncias. O comércio entre a China e a Índia aumentou consideravelmente, sobretudo a partir da gradual abertura de seus mercados no início dos anos 1990. No ano de 1991, a Índia elegeu como Primeiro Ministro Narasimha Rao. Como observa Guimarães (2008), a prioridade do novo governo indiano seria “promover o desenvolvimento econômico e aumentar a capacidade militar, de modo a garantir segurança interna e regional, e, ao mesmo tempo, permitir sustentabilidade no cenário internacional de status compatível com os interesses nacionais e a grandeza do País”. Esta mesma abertura trouxe um novo componente à política externa indiana, a aproximação comercial e tecnológica com os Estados

Unidos, que em pouco tempo se tornaria seu principal parceiro individual, condição consolidada ao final da primeira década de abertura comercial.

Algumas situações dos anos de 1999/2000 podem ser utilizadas para ilustrar a aproximação entre os Estados Unidos e Índia. Por exemplo, quando o governo Clinton não se posicionou automaticamente ao lado do Paquistão no conflito de Kargil (1999)³; ou seu discurso para o Parlamento indiano em uma visita oficial ao país (2000)⁴. A partir de então, a tendência dessa relação foi de se intensificar. Durante o governo W. Bush (2001-2008) foi estabelecida, com a Índia, uma relação de parceria com a proposta do “Next Steps in Strategic Partnership” (2001). Ademais, exemplo de intensificação da relação, a Estratégia de Segurança Nacional (NATIONAL SECURITY COUNCIL, 2002) faz referência à Índia como colaboradora, em parceria com os Estados Unidos, na Guerra contra o Terror.

Mesmo frente às mudanças ocorridas no cenário internacional do pós-Guerra Fria, a Índia não perdeu seu lugar de centralidade no jogo político mundial, e continua – se não mais como porta-voz do movimento dos não-alinhados – a ser um grande representante dos países em desenvolvimento do Sul. A despeito de sua aproximação com a superpotência, grande parte da sua agenda se encontra voltada à cooperação no sul asiático procurando representar os interesses desse grupo perante os órgãos multilaterais, sobretudo a partir da Associação da Ásia do Sul para a Cooperação Regional (SAARC); Além desse acordo, atua no diálogo trilateral Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), representando mundialmente três pontos regionais de base para a luta dos países do sul e projetando positivamente para o mundo a imagem indiana; Atua também ao lado das principais economias emergentes do mundo, Brasil, Rússia, Índia e China no BRICS, que recentemente também incorporou a África do Sul à coalizão.

A Índia se posiciona também enquanto liderança nas discussões multilaterais sobre meio ambiente e aquecimento global, e nas negociações da

³ A Crise de Kargil se deu entre Índia e Paquistão por motivos, de acordo com Ganguly (2001, p. 115) de uma combinação de falso otimismo paquistanês e complacência indiana. Essa crise ocorreu devido a decisão infundada de tomadores de decisão paquistaneses em quebrar a Linha de Controle da Caxemira acreditando que haveria uma resposta positiva da comunidade internacional, especialmente dos Estados Unidos. A idéia era que mesmo iniciando o conflito, seria difícil que as grandes potências atribuíssem a responsabilidade do mesmo ao Paquistão. Além disso, os Estados Unidos seriam contrários a se posicionarem a favor da Índia. Porém, essas idéias estavam embasadas em uma avaliação do comportamento americano “passado” sobre os conflitos indo-paquistanês.

⁴ De acordo com Kamdar (2008, p. 319) “Os testes nucleares não impediram o presidente Clinton de tentar estreitar as relações dos EUA com a Índia. Sua histórica viagem ao país, em 2000, foi a primeira visita de um presidente americano em 22 anos. [...] O presidente Clinton disse à audiência indiana que os americanos “saudavam a liderança indiana na região e no mundo” e incentivou os dois países a transformarem uma visão comum em realizações comuns para que os parceiros em espírito possam ser parceiros de fato.” Com o discurso do presidente Clinton, o período de guerra fria da indisposição entre os EUA e a Índia encerrou-se oficialmente. Estava montado o palco para uma parceria sem precedentes entre a Índia e os EUA.

Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) contestando o protecionismo dos países do norte ao mercado agrícola. Assim, a Índia se coloca, atualmente, como um dos principais articuladores dos países em desenvolvimento (G-20; G-77), fomentando e fortalecendo suas características de grande potência emergente e líder regional.

AGENDAS DE COOPERAÇÃO NAS RELAÇÕES ÍNDIA- EUA

Ao final da Guerra Fria os Estados Unidos passaram a procurar novas formas de liderar a sociedade internacional sem deixar de garantir seus interesses nacionais baseados no sucesso de sua economia privada e nos índices de acumulação de capital para a manutenção de sua posição hegemônica. Por terem saído do conflito ainda como superpotência deveriam reorganizar a ordem internacional com novas regras e procedimentos em consonância com seus princípios e valores. No entanto, não só a ordem deveria mudar, mas a maneira como os Estados Unidos iriam agir internacionalmente, já que, a partir da extinção do inimigo, haveria um novo cenário em voga. O contexto modificado passaria a ser visto com muita desconfiança, incerteza e insegurança dado que a estrutura internacional e a maneira dos países de se posicionarem externa e internamente estava sem o direcionamento da habitual rivalidade bipolar.

Todavia, os Estados Unidos permaneceram moldando o ambiente internacional adotando uma postura de ação preventiva antes do rompimento das crises internacionais. O envolvimento norte-americano nos assuntos globais permanece baseado na crença de sua responsabilidade, capacidade e interesse na construção de uma ordem internacional que satisfaça seus objetivos, ou seja, um internacionalismo com íntima conexão com os interesses nacionais. Nessa perspectiva, o engajamento dos Estados Unidos na região é fundamental para garantir a efetividade de seus objetivos estratégicos em todo o continente asiático. Contudo, a manutenção da estabilidade regional, com a presença norte-americana, perpassa pela parceria com as principais lideranças asiáticas, identificadas, sobretudo, a partir do fortalecimento das relações de cooperação com a Índia.

Considerada pelos Estados Unidos como parceiro estratégico, principalmente no que tange à defesa, à expansão da democracia, e à luta contra o terrorismo, as relações bilaterais entre esses dois países têm se intensificado nos últimos anos, principalmente nos intercâmbios tecnológicos e culturais. As intensas relações comerciais que se desenvolveram entre os setores terciários de Estados Unidos e Índia têm colaborado para o aumento na cooperação entre os dois países. Ademais, a presença de, aproximadamente, 1,7 milhões de imigrantes indianos vivendo em

território norte-americano é outro fator que tem contribuído para o incremento dessa relação. Contribuiu para esse processo o aumento de poderio e atuação da China no sistema internacional, que pode vir a desestabilizar as bases da hegemonia norte-americana e alterar as estruturas do sensível equilíbrio do mundo asiático.

Logo no início de seu mandato, George W. Bush assinalou com a possibilidade de um relacionamento especial com a Índia, principalmente no tocante à colaboração para diminuir a instabilidade regional no continente asiático. Tal envolvimento foi fundamental para arrefecer as disputas envolvendo Índia e Paquistão, que reduziram consideravelmente nos últimos anos, abrindo até mesmo possibilidades de cooperação no plano energético entre os dois países. Nesse sentido, a presença norte-americana no continente se dá de maneira estratégica, buscando evitar que Índia / China / Paquistão / Irã venham a se tornar pólos de referência de poder regional, contrastando com a influência que os Estados Unidos pretendem exercer sobre os demais países da região.

Essa aproximação de Índia e Estados Unidos coloca fim àquela relação de distanciamento que perdurou durante todo o período da Guerra Fria. Os interesses estadunidenses se dão muito além da cooperação e das oportunidades em nível econômico/comercial e tecnológico. A natureza estratégica, resultante do reconhecimento do importante papel – senão decisivo, em termos de imagem, prestígio e capacidade militar – que a Índia pode exercer para a estabilidade da Ásia, e sua nova postura na região, em função da alteração da balança de poderes no cenário contemporâneo, é fundamental para a atual dinâmica da relação entre os dois países.

Mas, se por um lado à aproximação entre os Estados Unidos e a Índia é essencial para a garantia de estabilidade regional na visão dos norte-americanos, por outro tem encontrado resistência por parte de alguns países da região. A desconfiança de importantes atores como China, Paquistão e Irã é o chamado “custo estratégico” da aliança, que em determinado momento pode, inclusive, vir a colocar em risco a segurança mundial, segundo algumas análises mais céticas a essa relação.

O desconforto internacional com respeito às relações entre os Estados Unidos e a Índia se dá a partir de 2004, quando têm início as conversações acerca de um acordo de cooperação nuclear entre os dois países. Mais de 30 anos após as sanções impostas pelos Estados Unidos à Índia no campo nuclear, estes passam a reconhecer o país como potência atômica e revogam as restrições à importação de tecnologias e materiais associados à produção de energia nuclear. Em contrapartida, a Índia deveria abrir seus laboratórios para inspeções de rotina da Agência Internacional de Energia Atômica.

As negociações tiveram início no ano de 2005, quando foram estabelecidas reuniões periódicas para a construção do Acordo de Cooperação Nuclear para Uso

Pacífico, cujo processo de ratificação pelos respectivos Congressos se deu ao final de 2008. Segundo Kerr (2010):

The Bush Administration had been considering a strategic partnership with India as early as 2001. Indian officials identified their growing energy needs as an area for cooperation, particularly in nuclear energy. The U.S.-India 2004 Next Steps in Strategic Partnership (NSSP) initiative included expanded cooperation in civil nuclear technology as one of three goals. Phase I of the NSSP, completed in September 2004, required addressing proliferation concerns and ensuring compliance with U.S. export controls. On July 18, 2005, President Bush announced the creation of a global partnership with India in a joint statement with Prime Minister Manmohan Singh. Noting the “significance of civilian nuclear energy for meeting growing global energy demands in a cleaner and more efficient manner,” President Bush said he would “work to achieve full civil nuclear energy cooperation with India” and would “also seek agreement from Congress to adjust U.S. laws and policies”.

Durante este período foi construído um documento que gerou debate quanto a sua efetividade, os seus reais interesses e a deslegitimação de tudo que já foi feito contra a proliferação nuclear. Este processo desde as negociações até a finalização do acordo foi permeado de discursos, convenções bilaterais e documentos que merecem ser profundamente investigados. Ademais, o acordo ainda é motivo de empenho do atual governo Barack Obama podendo ser verificado, sob a atual administração, um “Diálogo Estratégico” entre Estados Unidos e Índia além de acertos subsistentes relativos ao acordo ratificado em 2008.

Conforme observam muitos analistas, este acordo seria uma jogada política extremamente bem planejada pela diplomacia norte-americana, pois promoveria a Índia à condição de terceira potência mundial em poucos anos, contrabalançando o poderio chinês em expansão, e ainda servindo de exemplo de cooperação ao mundo por se tratar de um acordo fechado com um Estado de Direito e de tradição democrática. Segundo membros do *establishment* norte-americano, o acordo de cooperação nuclear entre os Estados Unidos e a Índia representa um salto qualitativo nas relações entre os dois países, sendo passo importante para o aprofundamento das relações bilaterais.

IMPACTOS DA GUERRA CONTRA O TERROR

Porém, outro evento constitui o cenário internacional contemporâneo marcando profundamente as relações internacionais nesse início de século XXI, a guerra contra o terrorismo. Talvez, não necessariamente suas ações, mas seus desdobramentos para a ordem internacional. Sob o impacto dos atentados de 11 de Setembro e apoiado na chamada guerra contra o terror, a imposição geral dos interesses

políticos, econômicos e militares dos Estados Unidos faz com que a postura do governo norte-americano seja a de se apropriar do discurso de combate ao terrorismo para alcançar objetivos que dizem respeito à sua própria política de interesse nacional. Através dessa instrumentalização os Estados Unidos conseguem angariar alguma legitimidade internacional para endurecer suas ações externas e buscam reordenar todo o sistema internacional com o objetivo de garantir sua superioridade política, econômica e ideológica conforme o projeto dos neoconservadores que assumiram o poder com a ascensão de George W. Bush.

É fundamental ressaltar que o novo terrorismo internacional no pós 11/09 se mostrou ser uma ameaça difusa e com alcance transnacional, gerando instabilidade e identificado como perigo à segurança coletiva. Frente a esta realidade, em que as ameaças tradicionais e as guerras clássicas são substituídas por novas fontes de conflito e novas técnicas de combate, os modelos de ação/reação deveriam passar, também, por um processo de reformulação e adaptação. Suas ramificações e sua atuação dispersa e descentralizada tornam pouco eficientes a utilização de forças e táticas militares convencionais, aplicadas contra inimigos ou forças militares convencionais (GOMPERT, 2005).

Todavia, não é essa a realidade que enxergamos na Estratégia de Segurança Nacional que formalizou a Doutrina de Segurança do governo W. Bush. A insistência dos Estados Unidos, frente a sua incapacidade de estabelecer mecanismos eficientes – situação compartilhada por qualquer outro ator do sistema internacional ao optar por tomar medidas isoladas e unilaterais – em combater o terrorismo internacional dentro dos parâmetros clássicos de combate militar leva a interpretações mais profundas sobre a natureza de suas ações, questionando-se os reais interesses dessa política. Principalmente no que tange a definição sobre grupos que atuam como terroristas.

É fato que a política externa norte-americana passou por uma reorientação estratégica que se focou em preocupações frente à sustentação ao terrorismo internacional e à proliferação de armas de destruição em massa. Assim, fica claro na estratégia de segurança nacional norte-americana (NATIONAL SECURITY COUNCIL, 2002) que o combate aos grupos terroristas terá como foco central a coerção de países que fornecem respaldo político, estrutura, ou abrigo a estes grupos, os chamados santuários terroristas. Notadamente, Estados que possuem um histórico de desacertos e, muitas vezes, confronto com os Estados Unidos, ainda que no plano tradicional da política internacional, no plano estatal. Desse modo, a estratégia de segurança dos Estados Unidos, para conduzir sua política de combate ao terrorismo, não se desatrela dos tradicionais interesses nacionais em termos de geopolítica e poder relativo entre as unidades políticas, habitual modelo de análise das relações internacionais. O combate ao terrorismo passa, portanto, para o centro da agenda internacional, não somente com o objetivo de garantia da segurança

coletiva, mas, principalmente, para ser utilizado como agente catalisador na distinção entre “amigos e inimigos” da ordem, e legitimar os desdobramentos políticos desta distinção. E essa discussão acerca da distinção entre “amigos e inimigos” da ordem está intimamente ligada às variantes formas de participação e aceitação do exercício hegemônico dos Estados Unidos no cenário internacional.

A América é agora ameaçada menos por Estados conquistadores do que por Estados falidos. Nós somos ameaçados menos por frotas e por exércitos do que por tecnologias catastróficas nas mãos de uns poucos ressentidos. Nós devemos derrotar essas ameaças à nossa nação, aliados, e amigos. (NATIONAL SECURITY COUNCIL, 2002, p. 1).

Essa instrumentalização do combate ao terrorismo internacional em direção aos objetivos tradicionais da política externa do país desgastou a imagem dos Estados Unidos junto à comunidade internacional. Sobretudo pela dureza das declarações e documentos oficiais, e pela prática posterior, de autonomia nacional de maneira desconcertada com sua ação e recurso ao unilateralismo para atingir os objetivos previamente estabelecidos.

Os atentados terroristas de 11 de Setembro causaram grande impacto na estratégia de segurança dos Estados Unidos, influenciando diretamente sua doutrina de ação externa, e por conseqüência toda a dinâmica das relações internacionais contemporâneas. Para Daalder e Lindsay (2003) os atentados de 11/09 reforçaram o sentido messiânico presente nas doutrinas da política externa norte-americana baseadas no experimentalismo, no destino manifesto e no wilsonianismo. Ao declarar guerra ao terrorismo, na medida em que tentou demonstrar que a “tolerância” dos governos anteriores com grupos extremistas e a opção de não perseguir uma política externa ativa na promoção da democracia estimulou terroristas a desafiar a América, George W. Bush alterou o *modus operandi* da ação externa norte-americana. O Estado que se caracterizou historicamente pela sustentação das instituições multilaterais para projetar sua hegemonia acabara por deslegitimá-las para alcançar o mesmo fim. Ou seja, como bem ressalta Hirsh (2002), muitas das instituições que compunham a base de sustentação do *soft power* estadunidense passaram a ser consideradas supérfluas pelos republicanos na administração de W. Bush.

Desde o início de seu governo, George W. Bush e sua equipe buscavam reafirmar o poder americano. Recusando a participação no Tribunal Penal Internacional, rejeitando o Protocolo de Kyoto, defendendo a proposta de revisão do Tratado Anti-mísseis Balísticos com a pretensão de construir seu escudo anti-mísseis e retomar o projeto “guerra nas estrelas”, ou distanciando-se das negociações comerciais multilaterais, os republicanos redefiniram a posição dos Estados Unidos em diversos temas que formavam a plataforma do governo Clinton. Esse novo

posicionamento frente a temas internacionais que representassem interferência direta nos interesses norte-americanos já estava explícito durante a campanha eleitoral de 2000 (ZOELLICK, 2000; RICE 2000). Esta retórica e posicionamento político davam início ao processo de desgaste da imagem do país junto à comunidade internacional, sobretudo a imagem de hegemonia benevolente construída pela administração democrata nos anos Clinton.

A despeito da menor ênfase a negociações no âmbito das instituições internacionais e dos foros multilaterais em detrimento de relações bilaterais – nas quais os norte-americanos tendem a levar vantagens – e da fixação na retomada do projeto de escudo anti-mísseis, alguns analistas, como por exemplo Walt (2002), observam que não houve mudanças substanciais na agenda da política externa norte-americana com a chegada dos republicanos ao poder⁵.

Não obstante, a partir do 11/09 e com a proposta de responder ao fundamentalismo e extremismo islâmico de forma radicalmente oposta aos governos anteriores, a campanha contra o terrorismo global ganha contornos de ruptura com o passado e propõe alterações na agenda externa do país (CHOLLET; GOLDGEIER, 2008). Alterações que se iniciam com uma nova correlação de forças dentro das estruturas do próprio governo a partir do momento em que os republicanos moderados passam a perder espaço e influência junto aos *decision makers*, sendo esse papel, de formuladores da política externa, assumido pelos neconservadores.

Os rumos tomados pela política externa norte-americana sob a orientação do pensamento neoconservador acabou por ser contraproducente à grande estratégia do país de manutenção de sua condição hegemônica. Em primeiro lugar, porque o desgaste da imagem dos Estados Unidos junto à comunidade internacional minou as bases de seu *soft power*, considerado o sustentáculo dos princípios que garantem a ordem norte-americana e sustentam sua hegemonia. Mas, principalmente, porque o exercício de poder de forma não concertada para modelar o ambiente externo de acordo com seus anseios tem levado a respostas automáticas ao superpoder americano (LAYNE, 1997, 2002, 2006). Não obstante, longe de estar oferecendo segurança, o expansionismo do próprio líder tem sido auto-destrutivo, pois o próprio *hegemon* acaba desrespeitando as regras e instituições que ajudou a criar para poder seguir acumulando seu próprio poder. E como observa Layne, para toda essa ação, existe uma reação igual e oposta⁶.

⁵ Nas palavras de Walt: “[...] the foreign policy priorities of George W. Bush and his administration were not radically different from those of their predecessors. Bush had already endorsed continued NATO expansion, reluctantly agreed to keep U.S. troops in the Balkans, reaffirmed the existing policy of wary engagement with Russia and China, and called for further efforts to liberalize global markets. The administration’s early attention focused primarily on domestic issues, and new international initiatives were notably absent.” (Walt, 2002, p. 56).

⁶ É importante ressaltar que de maneira geral e mais ampla não existe uma diferença abrupta na condução

Essa nova dimensão das relações de poder no cenário internacional acaba oferecendo a possibilidade de outros arranjos políticos e projetos contra-hegemônicos emergirem como novos pólos de poder. Identifica-se, portanto, a partir da consolidação do projeto neoconservador e da projeção do poder imperial norte-americano reações nas tentativas de construção de um novo equilíbrio de poder capaz de reconfigurar a ordem internacional. Contribui para isso o movimento das relações internacionais nos últimos vinte anos, que a despeito do aprofundamento do distanciamento entre os Estados Unidos e as demais potências internacionais no campo militar tem oferecido outras formas de desenvolvimento relativo a estas nações. Ao passo que não há que se discutir que o fim da Guerra Fria coloca os Estados Unidos em uma condição diferenciada de única superpotência mundial, o novo quadro das relações internacionais dá início a um processo de reorganização do cenário internacional em que muitos outros países buscam um novo espaço na política mundial em um contexto livre das limitações e imposições da Guerra Fria.

O DESGASTE DA HEGEMONIA E A ASCENSÃO DE NOVOS PÓLOS DE PODER

O endurecimento das posições de política externa por parte dos Estados Unidos reforçou ainda mais o retorno à linguagem de império que caracterizava as críticas frente à nova doutrina que se constituía no combate ao terrorismo. Conforme observa Hobsbawm (2007), a política megalomaniaca dos Estados Unidos, a partir do 11/09, destruiu quase por completo as bases políticas e ideológicas de sua influência hegemônica, deixando o país com poucos elementos que pudessem reforçar a herança da era da Guerra Fria além de seu poder militar.

E de fato, desde sua ascensão à condição de líder do sistema, os Estados Unidos tem sua política externa orientada pelo seu liberal *commitment*, e pelo seu objetivo de construir e sustentar uma ordem internacional baseada sobre um conjunto de regimes e instituições regionais e globais consagradas pela aceitação coletiva, tanto no campo da segurança e do desarmamento, como no do comércio e dos investimentos. Assim se dá a constituição da estrutura que sustenta a hegemonia norte-americana.

A condição para a reprodução do consentimento, e consequentemente a manutenção da hegemonia, é a satisfação de no mínimo alguns dos interesses daqueles

da ordem internacional pelos Estados Unidos com a ascensão dos neoconservadores, uma vez que mesmo através do internacionalismo liberal o projeto de realização do interesse nacional nunca esteve em segundo plano. Contudo, a imposição deste interesse se dava de forma velada, ou encapsulada em outros objetivos, em geral de cunho multilateral e advogado como universal.

grupos que ajudam a constituir determinada estrutura histórica, legitimando as idéias e instituições da potência hegemônica. A situação de hegemonia só pode ser mantida com o consentimento dos participantes, ainda que tenham muitas de suas prerrogativas e interesses subjugados. A montagem e sustentação desse sistema hegemônico se dariam, segundo visão de Cox (1986), não apenas pelas capacidades materiais, mas também a partir das instituições e das idéias comprometidas com a organização da produção e das forças sociais. Elementos perdidos durante a concepção e aplicação da estratégia de segurança nacional que dá origem à chamada doutrina Bush.

Desse modo, a guerra contra o terror rompeu o consenso existente em relação a essa ordem internacional, pois os Estados Unidos deixaram de prestigiar os mecanismos internacionais que garantiam participação de outros membros da comunidade internacional, ainda que isso não impusesse ao país a perda do controle ou influência sobre os chamados “aparelhos ideológicos” produtores de valores e normas. Ou seja, a hegemonia dos Estados Unidos consistia na capacidade em convencer os demais países à adesão efetiva às suas normas e instituições, vetores de sua primazia e de seus interesses nos campos econômico, estratégico, político-diplomático e militar. Buzan (2007) afirma que já algumas vezes ao longo dos anos 1990, mas principalmente desde 2003, os Estados Unidos tem se tornado o inimigo do seu próprio projeto do século XX. Eles têm, segundo o autor, rejeitado, gradativamente, o comprometimento com o multilateralismo, perdendo seu espaço de líder, o que tem destruído a confiança de décadas anteriores e corroído a lealdade de muitos de seus seguidores e demais mantenedores da ordem internacional.

As transformações domésticas e internacionais conduzidas pela revolução estratégica adotada pelos neoconservadores acabaram impondo-lhes constrangimentos estruturais. Além de aprofundar um processo de desconstrução hegemônica esperado por muitos atores e grupos políticos mundo afora, gerou desconfiança em relação à capacidade norte-americana de sustentação da ordem internacional, proporcionando a configuração de novas dinâmicas de equilíbrio regional e global. Sobretudo, teses declinistas e de ascensão de novos pólos de poder (KENNEDY, 1989; WALLERSTEIN, 1995; ARRIGHI, 1996, 2001, 2008) ganham fôlego renovado, e uma nova agenda é sugerida no plano da política internacional. Corroboram com esse raciocínio pesquisas recentes que demonstram que altas taxas de desemprego no país, ampliação na parcela da população vivendo na faixa da pobreza, e redução dos níveis de consumo, produção e crescimento econômico, reflexos dos impactos da crise financeira mundial sobre a economia norte-americana.

Concomitante à existência de um desgaste na hegemonia americana, o processo de ascensão de novos pólos de poder ocorre devido à consolidação de países que não podem mais ser classificados de acordo com o antigo arranjo da Guerra Fria. Na avaliação de estudiosos de diversas correntes e origens como Ikenberry; Wright

(2008), Zakaria (2008), Khanna (2008), Pecequilo (2008), Vizentini (2006), Buzan (2004), os pólos emergentes nessa nova ordem internacional tendem a construir equilíbrios de poder de geometria variável, estabelecendo uma nova correlação de forças, refletindo reformas no sistema internacional, sobretudo em regimes e organizações multilaterais. É nesse sentido que tem atuado nos últimos anos tanto os países da Europa Ocidental através da consolidação da União Européia, como os países do Sul através de coalizões como o IBAS ou o G-20, ou mesmo mais pontualmente as potências de segunda ordem como China e Rússia, aliadas a Índia e Brasil nos BRICs ou a partir do estabelecimento de novas relações através de acordos bilaterais de cooperação e desenvolvimento.

Portanto é possível identificar, como faz Pecequilo (2008) a ascensão de “ensaios de coalizão anti-hegemônica”. Além do declínio econômico proporcionado pelo aumento do número de competidores, da perda da credibilidade associada à aplicação de uma doutrina preventiva e unilateral, e do não funcionamento regular das instituições criadas no pós-1945, pode-se observar a emergência de alianças que pretendem contrabalancear o poder hegemônico dos Estados Unidos. Essas alianças confirmam a dinâmica do cenário político mundial contemporâneo, a geração de novos equilíbrios de poder globais e regionais. Estimulados, sobretudo, pela insatisfação causada pelo descaso norte-americano com os regimes e instituições que consolidaram durante a construção de seu projeto de ordem global.

Fora das instituições, que limitam a atuação dos Estados aliados, mas também restringe o poder do Estado hegemônico (IKENBERRY, 2001), a única possibilidade dos Estados contrabalancearem o poderio norte-americano se dá através de coalizões em temas concentrados e com objetivos específicos. Essas coalizões visam agregar poder e compartilhar benefícios e vantagens comparativas que estes Estados possuam, atuando em conjunto com o intuito de representar projetos alternativos. E tal movimento tem se consolidado a partir do fortalecimento das chamadas potências emergentes, que têm capitaneado esse processo.

China e Índia têm se destacado pelos altos índices de crescimento econômico nas duas últimas décadas, enquanto que a Rússia vem apresentando uma vigorosa recuperação a partir de final dos anos 1990 (ZAKARIA, 2008; COLIN, 2007; TODD, 2003). Além disso, esses países se tornam referência nas análises de coalizões anti-hegemônicas devido à sua atuação regional, que aglutina medidas de desenvolvimento econômico e de reposicionamento estratégico.

Complementar a esse movimento no oriente se desenvolve um novo eixo de cooperação ao Sul, sobretudo com o fortalecimento de dois Estados popular e territorialmente importantes, e que nos anos recentes têm conhecido importante desenvolvimento econômico: Brasil e África do Sul. Cada vez mais esses países

têm despontado como potenciais líderes regionais, angariando respaldo político e institucional junto a alianças regionais para se lançar na política global. O fortalecimento do eixo Sul-Sul ganha fundamental importância estratégica a partir da diplomacia brasileira de estreitamento das relações e da aproximação comercial com parceiros da África e da Ásia⁷ (GUIMARÃES, 2005).

Desse modo, China, Índia, Rússia, Brasil e em um grau cada vez mais importante também a África do Sul, despontam, hoje, como atores fundamentais nos novos arranjos políticos internacionais. Alianças como o BRICS e o IBAS, ou coalizões no âmbito de instituições multilaterais como a OMC e o G-20 fazem desses países “competidores estratégicos” (RICE, 2008) dos Estados Unidos. Tornam-se recorrentes exemplos de competição entre Estados Unidos e China por novos mercados na América Latina, ou a disputa no campo estratégico de fornecimento de suprimentos e tecnologia militar entre Estados Unidos e Rússia, ou ainda a pressão por parte de Índia, Brasil e África do Sul por reformas das instituições internacionais multilaterais, visando refletir a nova dimensão do poder global. Dessa forma, novas alternativas passam a se constituir no ambiente da ordem hegemônica norte-americana.

Todos esses novos arranjos se enquadram em uma esfera de disputa por posições e articulações na política internacional, caracterizados como movimentos de realocação e redimensionamento de poder, e de ampliação da capacidade de influência e representatividade de cada um desses atores no cenário global. Estabelecendo uma nova agenda de pesquisa disposta a prognosticar se os movimentos de coalizões anti-hegemônicas e alianças de geometria variável seriam capazes de conduzir um processo de reforma da atual ordem internacional (OLIVEIRA; MOREIRA JUNIOR, 2010).

O PAPEL DA ÍNDIA NA ORDEM DAS POTÊNCIAS EMERGENTES

Se já não gozava de unanimidade e simpatia nos quatro cantos do mundo, após oito anos de uma administração republicana repleta de equívocos e erros táticos e estratégicos a política estadunidense de vigilância, manutenção e expansão de sua ordem tem encontrado ampla resistência. Para marcar uma nova fase na política norte-americana, os democratas terão de revisar as grandes linhas de sua política externa, sobretudo no relacionamento com os países que se colocaram contra as ações unilaterais do governo W. Bush. Durante a campanha para as eleições presidenciais de 2008 o discurso de Obama, focado no multilateralismo e optando pelo recurso do *soft power*, caiu nas graças da comunidade internacional, entusiasmando a imprensa

⁷ Especificamente no caso do continente asiático, para evitar competição em um ambiente marcado por tantas rivalidades geopolíticas e geoeconômicas, o Brasil tem estreitado relações com os países árabes, principalmente criando novos fóruns de discussão a partir de reuniões de cúpula entre líderes árabes e sul-americanos.

e muitos analistas políticos mundo afora. Seu *slogan* “**We can change**” atraiu adeptos não só nos Estados Unidos, mas em diversas partes do globo. Este anseio por mudanças na condução dos assuntos internacionais que motivou a campanha democrata é o grande fardo que presidente Barack Obama tem de carregar na reconfiguração da política internacional. Fardo confirmado pelas dificuldades encontradas nas últimas eleições legislativas. Evidentemente, Obama representa uma mudança, sobretudo na política externa do país, ainda que suas diferenças tenham se manifestado mais no plano retórico do que no campo prático. E recebe de sua população a missão e o papel de ser restaurador de uma ordem internacional que parece estar se dissolvendo.

A extensão dos compromissos internacionais por parte das grandes potências, historicamente, mostrou gerar (e expor) fragilidades em (e da) sua administração interna, e contribuir para seu processo de declínio. Os norte-americanos conhecem bem essa história, e devem estar procurando meios para solucionar esta equação e evitar que este movimento se repita com eles também. Portanto o prestígio norte-americano será recuperado à medida que os Estados Unidos conseguirem articular sua política externa com respaldo das principais potências internacionais sem perder a condição de líder e sem deixar de garantir seus interesses nacionais.

Em contrapartida, a Índia continua em busca de garantir a hegemonia regional e alcançar definitiva influência global. Para tanto, o fortalecimento dos laços com os Estados Unidos se torna determinante para sua condição de participante de primeira classe na cena mundial. Muitos dos aspectos tradicionalmente reconhecidos na postura internacional indiana, desde os tempos de líder dos países não-alinhados, continuarão marcando suas opções na política internacional contemporânea. Porém sob nova roupagem, uma vez que, além dos fatores demográficos que sempre caracterizaram a centralidade na condição geopolítica do país, agora há também o peso econômico, e novas dimensões de poder político e militar.

Ademais, a percepção de novos e importantes centros de poder global é tida diante de um cenário desfavorável aos Estados Unidos. Esse é o outro campo de ação identificado pela política externa indiana. No caso da Índia, o avanço nos fóruns de cooperação Sul-Sul, como G-20 e IBAS, e a construção de suas próprias alianças têm conferido cada vez mais autonomia a sua atuação internacional. Esta dinâmica é vista, segundo Vizontini (2004, p. 158) como um cenário que “[...] os grandes países da periferia, como Rússia, Índia, Brasil e África do Sul iniciam um movimento de reafirmação e ação convergente com vistas a estruturar um sistema mundial multipolar.” Assim, estes pólos tenderiam à construção de um sistema multipolar, com equilíbrios de geometria variável, conferindo mais importância à renovação da estrutura de instituições da ordem internacional.

No entanto, com o intuito de também responder a esta transformação, os Estados Unidos tem investido em novas formas de atuação e em novas alianças. Ou seja, para contrabalançar o desgaste da Doutrina Bush, a potência hegemônica investe em diálogos bilaterais. E esse comportamento, de ressaltar a importância das novas potências articulando relações bilaterais e buscando fragmentar os espaços de resistência criados se reafirma no governo Obama. Nesse intento, as relações indo-americanas devem determinar o futuro da Ásia e os novos equilíbrios da política mundial. Barack Obama deixou claro, desde logo após a confirmação de sua vitória, que pretende trabalhar em sintonia com este país, que é um dos grandes parceiros estratégicos dos Estados Unidos. Além do prestígio na reconstrução da imagem do país essa cooperação se dá para a garantia dos interesses norte-americanos na região, sobretudo na guerra contra o terror e na nova acomodação geopolítica no continente asiático, tentando construir e garantir uma influência essencial para a sua grande estratégia regional e mundial, principalmente de manutenção do acesso aos recursos energéticos fósseis.

Por outro lado, a importância do papel da Índia no sistema internacional por meio do reconhecimento dos Estados Unidos pode ser entendida, também, pelo peso que Nova Déli sente em relação à responsabilidade internacional. De acordo com Mohan (2010, p. 140):

In the past, New Delhi tended to accept international rules where it did not have capacity to change them, resisted those like in the nuclear domain that were in direct conflict with India's core national security interests, and champion (if unsuccessfully) idealistic approaches such as the new international economic order or complete abolition of nuclear weapons. As it becomes a great power, India is learning to work with other powers to develop norms, even if they are not comprehensive, and implement them against the wishes of many past fellow travelers from the Third World.

Por isso, Mohan (2010) argumenta que o posicionamento da Índia hoje se deve a sua postura na construção dos regimes nucleares globais, ou seja, ao fato de ter se declarado uma potência nuclear responsável. Para o autor, isto contribuiu para a abertura das negociações “dolorosas” com os Estados Unidos entre 2005 e 2008. Apesar de ser natural do discurso americano a convocação de todos os países para a promoção dos valores que prezam, na Estratégia de Segurança Nacional de 2010 há uma necessidade de reafirmar a importância dos novos centros de poder para a construção da ordem internacional. Dentre as nações que estão no patamar de aliados, já citadas desde a estratégia de 2002, mas de forma mais contundente agora, está a Índia, com quem os Estados Unidos manifestam o anseio cada vez maior de aprofundar as parcerias:

[...] working to build deeper and more effective partnerships with other key centers of influence—including China, India, and Russia, as well as increasingly influential nations such as Brazil, South Africa, and Indonesia—so that we

can cooperate on issues of bilateral and global concern, with the recognition that power, in an interconnected world, is no longer a zero sum game. (NATIONAL SECURITY COUNCIL, 2010, p. 3)

São identificadas, portanto, potências emergentes que fazem parte do sistema e que procuram espaço de influência na ordem hegemônica americana. Este período de vinte anos, melhor caracterizado como uma ordem unipolar com características de multipolaridade permite o reconhecimento de uma ordem composta por uma grande potência, Estados Unidos, e vários pólos de poder também importantes. Pragmaticamente, portanto, a fim de fazer com que os novos centros estejam vigiados e devidamente contrabalanceados, os Estados Unidos constroem uma aproximação importante em termos bilaterais, em que possuem maior peso nas negociações e vantagens relativas, nos anos seguintes ao final da Guerra Fria. Assim, o acordo com a Índia relativo à tecnologia nuclear civil, além de sustentar uma estratégia de segurança energética e política, adéqua-se ao intento de analisar as relações de poder do novo século XXI.

Por outro lado, a Índia é um país que pode vir a se consolidar como potência no século XXI, mas que ainda padece com vulnerabilidades internas e com conflitos regionais que precisam ser corrigidos para consolidar esse papel⁸. Todavia, as experiências de equilíbrio de poder da qual a Índia tem feito parte favorecem a sua ascensão concomitantemente ao declínio de poder relativo da potência hegemônica americana. Como explicitado, garante à Índia, através de sua política externa pendular e pragmática, ora privilegiando as relações com o Norte, ora as relações com o Sul, adquirir papel de proeminência no cenário internacional contemporâneo.

A política externa indiana mantém o padrão de buscar consolidar seu anseio por se tornar uma potência mundial, mas deve considerar que isso se trata de um processo longo de inserção internacional. Conforme identifica Velasco (2003), o pós-Guerra Fria é um cenário de transição mas que não é determinista já que emerge de um choque de duas tendências opostas: a concentração de poder e o combate a esta concentração. Assim, tal como defende o autor, procurou-se desenvolver um trabalho que reafirmasse a configuração do sistema internacional a caminho de uma distribuição de poder mais equilibrada, que não prevê uma substituição da potência hegemônica, mas sim uma maior participação de outros atores na condução da ordem internacional.

⁸ Além dos conflitos territoriais com o Paquistão e os conflitos sociais e étnico-culturais domésticos, a Índia apresenta diversas outras condições de desigualdade social provocadas pela concentração de renda, má distribuição regional da riqueza etc, situando-a na 134ª colocação no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elaborado pelo PNUD, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (HUMAN..., 2009).

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. Rio de Janeiro: Boitempo, 2008.

BUZAN, Barry. *The United States and the great powers: world politics in the twenty-first century*. Cambridge: Polity, 2004.

BUZAN, Barry. A leader without followers? The United States in world politics after Bush. *The Global Policy Institute*, Policy Paper, n. 2, 2007.

CHOLLET, Derek; GOLDGEIER, James. *America between the wars, 11/9 to 9/11: the misunderstood years between of the Berlin wall and the start of the war on terror*. New York: Public Affairs, 2008.

COX, Robert W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. In: KEOHANE, Robert. O. (Ed.). *Neorealism and its critics*. New York: Columbia University Press, 1986. p. 204-254.

COLIN, Roberto. *Rússia: o ressurgimento da grande potência*. Florianópolis: Letras Brasileiras, 2007.

DAALDER, Ivo; LINDSAY, James. *America unbound: the Bush revolution in foreign policy*. Washington: Brookings Institution, 2003.

GANGULY, Sumit. *Conflict unending: India-Pakistan tensions since 1947*. New York: Columbia University Press, 2001.

GOMPERT, David C. G-WHAT? a review of defense department spending on counter-terrorism. In: IKENBERRY, John G. *Terrorism, security and America's purpose: working group papers prepared for the national policy forum*. Washington: The New American Foundation, 2005. p. 32-41.

GUIMARÃES, Samuel P. *Desafios brasileiros na era dos gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

GUIMARÃES, Lytton L. Política externa e segurança da Índia: Implicações para o fórum IBAS. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL: o Brasil no mundo que vem aí: Conferência Índia, 3., 28 ago. 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 9-50.

HIRSH, Michael. Bush and the world. *Foreign Affairs*, New York, Vol. 81, No. 5, Sept/Oct, 2002. p. 18-43.

HOBSBAWM, Eric J. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUMAN DEVELOPMENT REPORT. In: United Nations Development Program, 2009. Disponível em: < http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_EN_Complete.pdf >. Acesso em: 12 de junho de 2010.

IKENBERRY, John G. *After victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

IKENBERRY, John G.; WRIGHT, Thomas. Rising powers and global institutions. *The Century Foundation*, New York, 2008. P. 3-33 Disponível em < <http://tcf.org/publications/pdfs/pb635/ikenberry.pdf> >. Acesso em: 08 de maio de 2010.

KAMDAR, Mira. *Planeta Índia: a ascensão turbulenta de uma nova potência global*. Rio de Janeiro: Agir, 2008.

KAPUR, S. Paul. India and the United States from the world war II to the present: a relationship trasformed. In: GANGULY, Sumit (Ed.). *India's foreign policy: retrospect and prospect*. New Delhi: Oxford University Press, 2010. p. 257-274.

KERR, Paul K. U.S. *Nuclear cooperation with India: issues for the congress*. Washington: Congressional Research Service, Apr. 2010.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KHANNA, Parag. *The second world*. Londres: Penguin Books, 2008.

LAYNE, Christopher. From preponderance to offshore balancing: America's future grand strategy. *International Security*, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 86-124, Summer 1997.

LAYNE, Christopher. Offshore Balancing Revisited. *The Washington Quarterly*, Cambridge, v. 25, n. 2, p. 233-248, Spring 2002.

LAYNE, Christopher. *The peace of illusions: American grand strategy from 1940 to the present*. New York: Cornell University Press, 2006.

MOHAN, C. Raja. *Rising India: partner in shaping the global commons?* *The Washington Quarterly*, Cambridge, v. 33, n. 3, p. 133-148, July 2010.

NATIONAL SECURITY COUNCIL. *National Security Strategy For A New Century*. Washington: United States Department of State. 2002. Disponível em: <<http://merln.ndu.edu/whitepapers/USnss2002.pdf>>. Acesso em 08 de junho de 2010.

NATIONAL SECURITY COUNCIL. *National Security Strategy For the World We Seek*. Washington: United States Department of State, 2010. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf>. Acesso em 08 de junho de 2010.

OLIVEIRA, Marcelo F.; MOREIRA JUNIOR, Hermes. Multilateralismo, unilateralismo ou unimultilateralismo? Novos rumos da hegemonia americana. In: SALA, José B. GASPAROTO, Ana L. (Org.). *Relações internacionais: polaridades e novos / velhos temas emergentes*. Marília: Unesp - Oficina Universitária, 2010. p. 177-190.

PECEQUILO, Cristina S. Os EUA e o ciclo neoconservador: avaliações preliminares sobre a presidência George W. Bush. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA: o Brasil no mundo que vem aí, 2., Seminário Estados Unidos, 5-6 nov. 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Brasília: FUNAG, 2008. v. 1. p. 27-48.

RICE, Condoleezza. Campaign 2000: promoting the national interest. *Foreign Affairs*, vol. 79, no. 1. New York, Jan./Feb. 2000. p. 45-62

RICE, Condoleezza. Rethinking the national interest: American realism for a new world. *Foreign Affairs*, vol. 87, no. 4. New York, Jul./Aug. 2008. p. 02-26.

TODD, Emmanuel. *Depois do Império: a decomposição do sistema americano*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

VELASCO, Sebastião C. *Entre normas e fatos: desafios e dilemas da ordem internacional. Lua Nova: cultura e política*, São Paulo, n. 58, 2003. p. 169-191.

VIZENTINI, Paulo F. *O Descompasso entre as nações*. Rio de Janeiro, Editora Record, 2004.

VIZENTINI, Paulo F. O sistema mundial entre a uni e a multipolaridade. In: VIZENTINI, Paulo F.; WIESEBRON, Marianne (Org.). *Neohegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006. p. 15-18.

WALLERSTEIN, Immanuel. *After liberalism*. New York: The New Press, 1995.

WALT, Stephen. Beyond Bin Laden: reshaping U.S. *International Security*, Cambridge, v. 26, n. 3, Winter 2001/2002. p. 56-78.

ZAKARIA, Fareed. The future of american power: how America can survive the rise of the rest. *Foreign Affairs*, vol. 87 no. 3, New York, May/June 2008. p. 18-26.

ZOELLICK, Robert. Campaign 2000: a republican foreign policy. *Foreign Affairs*, vol. 79, no. 1. New York, Jan./Feb. 2000, p. 63-78.

ZORGIBE, Charles. *O pós-guerra fria no mundo*. Campinas: Papirus, 1996.